

Mensalidade depende

LIENSE

Brasília, segunda-feira, 28 de maio de 1990 7

da política salarial

As mensalidades escolares continuarão congeladas em junho, caso o governo mantenha a política de livre negociação para o reajuste dos salários. O ministro da educação, Carlos Chiarelli, informou ontem que até amanhã será editada uma nova medida provisória definindo o critério de reajuste para as mensalidades. Segundo ele, só haverá repasse se for definido na reunião ministerial de hoje um percentual oficial para os salários.

Chiarelli se reúne hoje com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, para discutir as mensalidades escolares porque o governo tem pressa em decidir sobre essa questão. A medida provisória 183, que decidiu a última regra de reajustes, só vigora até quarta-feira, por isso uma nova regra precisa ser adotada para substituí-la.

O ministro da Educação acha que não é possível definir qualquer aumento para as mensalidades se permanecer o sistema de livre negociação para os salários. A regra original de reajuste das mensalidades, determinada pela lei 8.030, vinculava o repasse ao índice prefixado para os salários, no dia 16 de cada mês. Com a decisão do governo de adotar a livre negociação, esse índice foi fixado em zero para junho e os meses seguintes pela portaria 289, da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

Ontem a ministra reafirmou a disposição de defender a livre negociação para os reajustes salariais. Por isso, segundo o entendimento do ministro da Educação, as mensalidades permanecerão congeladas.